

Criando Memórias Falsas

Elizabeth F. Loftus

Em 1986 Nadean Cool, uma ajudante de enfermagem em Wisconsin, procurou ajuda terapêutica de um psiquiatra para auxiliá-la a superar um evento traumático experimentado pela sua filha. Durante a terapia, o psiquiatra usou hipnose e outras técnicas sugestivas para trazer à tona recordações de abuso que Cool supostamente teria experimentado. No processo, Cool foi convencida de que tinha memórias reprimidas de ter estado em um culto satânico, de comer os bebês, de ser estuprada, de ter sexo com animais e de ser forçada a assistir o assassinato da sua amiga de oito anos. Ela chegou a acreditar que teve mais de 120 personalidades — crianças, adultos, anjos e até mesmo um pato — tudo isso porque lhe foi dito que ela havia passado por um severo abuso sexual e físico na infância. O psiquiatra também executou exorcismos nela, um dos quais durou cinco horas e incluiu o uso de água benta e gritos para Satanás deixar o seu corpo.

Quando Cool percebeu finalmente que aquelas falsas recordações foram implantadas, ela processou o psiquiatra por negligência profissional. Depois de cinco semanas de julgamento, o caso dela foi resolvido fora do tribunal por 2,4 milhões de dólares em março de 1997. Nadean Cool não é a única paciente a desenvolver falsas recordações como resultado de uma terapia questionável. Em 1992, no Missouri, um conselheiro de igreja ajudou Beth Rutherford a se lembrar, durante terapia, que o seu pai, um clérigo, a tinha estuprado regularmente dos sete aos catorze anos e que a sua mãe às vezes o ajudava segurando-a. Sob a direção do terapeuta, Rutherford desenvolveu recordações de seu pai engravidando-a duas vezes e forçando-a a abortar o feto ela mesma com um cabide. O pai teve que resignar do posto de clérigo quando as alegações se tornaram públicas. Mais tarde um exame médico da filha revelou, porém, que ela ainda era virgem aos 22 anos e nunca tinha estado grávida. A filha processou o terapeuta e recebeu 1 milhão de dólares de indenização em 1996.

Aproximadamente um ano antes, dois júris apresentaram veredictos desfavoráveis a um psiquiatra de Minnesota, o qual foi acusado de implantar falsas recordações pelos seus ex-pacientes Vynnette Hamanne e Elizabeth Carlson que submetidos à hipnose e ao amytal sódico(1), e depois de serem mal informados sobre os funcionamentos da memória, vieram a se lembrar de horroroso abuso por membros da família. Os jurados compensaram Hamanne com 2.67 milhões e Carlson com 2.5 milhões de dólares pelos seus sofrimentos.

Em todos os quatro casos, as mulheres desenvolveram recordações sobre abuso infantil na terapia e posteriormente negaram a sua autenticidade. Como nós podemos determinar se recordações de abuso infantil são verdadeiras ou falsas? Sem corroboração, é muito difícil de diferenciar entre falsas e verdadeiras recordações. Também, nestes casos, algumas recordações eram contrárias à evidência física, como memórias explícitas e detalhadas de estupro e aborto quando o exame médico confirmava virgindade. Como é possível que pessoas adquiram falsas recordações tão elaboradas e seguras? Um número crescente de investigações demonstra que, sob circunstâncias adequadas, falsas recordações podem ser instiladas com bastante facilidade em algumas pessoas.

Minha própria pesquisa em distorção de memória remonta aos primórdios de 1970, quando iniciei os estudos do

“efeito da informação incorreta”. Estes estudos mostram que, quando as pessoas que testemunham um evento são posteriormente expostas a informação nova e enganosa sobre ele, as suas recordações frequentemente se tornam distorcidas. Em um exemplo, participantes viram um acidente de automóvel simulado em um cruzamento com um sinal de Pare. Depois do ocorrido, metade dos participantes recebeu uma sugestão de que o sinal de trânsito era um sinal de passagem preferencial. Quando perguntados posteriormente que sinal de trânsito eles se lembravam de ter visto no cruzamento, os que haviam sido sugestionados tendiam a afirmar que tinham visto um sinal de passagem preferencial. Aqueles que não tinham recebido a falsa informação eram muito mais precisos na lembrança do sinal de trânsito.

Meus estudantes e eu administramos até agora mais de 200 experiências envolvendo mais de 20,000 indivíduos que documentam como a exposição à informação enganosa induz à distorção de memória. Nestes estudos, pessoas “recordaram” um celeiro digno de nota numa cena bucólica que não continha nenhum edifício; vidro quebrado e gravadores de fita que não estavam nas cenas que viram; um veículo branco em vez de azul na cena de um crime; e Minnie Mouse quando eles na verdade viram Mickey Mouse. Considerados em conjunto, estes estudos mostram que a informação enganosa pode mudar a memória de um indivíduo de um modo previsível e às vezes muito poderoso.

A informação enganosa tem o potencial de invadir nossas recordações quando falamos com outras pessoas, quando somos interrogados sugestivamente ou quando lemos ou vemos a cobertura da mídia sobre algum evento que podemos ter vivenciado nós mesmos. Depois de mais de duas décadas explorando o poder da informação enganosa, pesquisadores aprenderam muita coisa sobre as condições que fazem as pessoas suscetíveis à modificação da memória. As recordações são mais facilmente modificadas, por exemplo, quando a passagem de tempo permite o enfraquecimento da memória original.

Memórias infantis falsas

Uma coisa é mudar um detalhe ou dois numa memória intacta, mas outra totalmente diferente é implantar uma memória falsa de um evento que nunca aconteceu. Para estudar a memória falsa, eu e meus estudantes tivemos de achar um modo de implantar uma pseudomemória que não causasse em nossos participantes tensão emocional imprópria, tanto no processo de criá-la quanto na revelação de que eles tinham sido enganados intencionalmente. Nós quisemos ainda tentar implantar uma memória que seria pelo menos ligeiramente traumática se a experiência tivesse ocorrido de fato.

Eu e minha parceira de pesquisa, Jacqueline E. Pickrell, concordamos em tentar implantar uma memória específica de estar perdido em um shopping center ou em uma grande loja de departamentos ao redor dos cinco anos. Aqui está como fizemos isto. Nós perguntamos para nossos participantes, 24 indivíduos dos 18 aos 53 anos, para tentarem se lembrar de eventos de infância que tinham sido contados a nós por um pai, um irmão mais velho ou outro parente próximo. Nós preparamos uma brochura para cada participante contendo histórias de um parágrafo sobre três eventos que haviam acontecido de fato a ele ou a ela e um que não havia. Nós construímos o falso evento sobre um possível passeio ao shopping usando informação provida por um parente, o qual verificou também se o participante não havia estado, de fato, perdido aos cinco anos. O enredo de “perdido

no shopping” incluiu os seguintes elementos: perdido durante um período prolongado, choro, ajuda e consolo por uma mulher idosa e, finalmente, a reunião com a família.

Depois de ler cada história da brochura, os participantes escreveram sobre o que eles se lembravam do evento. Se eles não se lembrassem dele, eram instruídos a escrever “eu não me lembro disto”. Em duas entrevistas seguidas, nós falamos aos participantes que estávamos interessados em examinar quão detalhadamente eles podiam se lembrar e comparar as recordações deles com as dos seus parentes. Os parágrafos sobre o evento não foram lidos literalmente a eles, em vez disso foram fornecidos trechos para sugerir a lembrança. Os participantes recordaram aproximadamente 49 dos 72 eventos verdadeiros (68%) logo depois da leitura inicial da brochura e também em cada uma das duas entrevistas seguidas. Depois de lerem a brochura, sete dos 24 participantes (29%) lembraram-se tanto parcialmente como totalmente do falso evento construído para eles, e nas duas entrevistas seguidas seis participantes (25%) continuaram afirmando que eles se lembravam do evento fictício. Estatisticamente, havia algumas diferenças entre as verdadeiras e as falsas recordações: participantes usaram mais palavras para descrever as verdadeiras recordações, e eles avaliaram as verdadeiras recordações como estando um pouco mais claras. Mas se um espectador fosse observar muitos de nossos participantes descreverem um evento, seria realmente difícil para ele dizer se a história era uma recordação verdadeira ou falsa. Claro que estar perdido, por mais assustador, não é o mesmo que ser molestado. Mas o estudo de “perdido no shopping” não é sobre experiências reais de estar perdido; é sobre implantar falsas memórias de estar perdido. O modelo mostra um modo de instilar falsas recordações e dá um passo em direção ao entendimento de como isto poderia acontecer no mundo real. Além disso, o estudo fornece evidência de que as pessoas podem ser conduzidas a se lembrarem do seu passado de modos diferentes, e elas podem até mesmo ser persuadidas a se “lembrar” de eventos completos que nunca aconteceram.

Estudos em outros laboratórios usando um procedimento experimental semelhante produziram resultados análogos. Por exemplo, Ira Hyman, Troy H. Husband e F. James Billing da Western Washington University pediram para estudantes de faculdade que recordassem experiências de infância que haviam sido contadas pelos seus pais. Os pesquisadores disseram aos estudantes que o estudo era a respeito de como as pessoas se lembram das mesmas experiências de modo diferente. Além de eventos reais reportados pelos pais, foi dado a cada participante um evento falso, seja uma hospitalização à noite devido a uma febre alta e a uma possível infecção de ouvido, ou uma festa de aniversário com pizza e palhaço que supostamente aconteceram aos cinco anos. Os pais confirmaram que nenhum desses eventos ocorreu de verdade.

Hyman descobriu que os estudantes recordaram completa ou parcialmente 84% dos eventos verdadeiros na primeira entrevista e 88% na segunda entrevista. Nenhum dos participantes recordou o evento falso durante a primeira entrevista, mas 20% disseram na segunda entrevista que se lembravam de algo sobre o evento falso. Um participante que foi exposto à história da hospitalização de emergência mais tarde se lembrou de um médico, de uma enfermeira e de um amigo da igreja que veio visitá-lo no hospital. Em um outro estudo Hyman apresentou, junto com eventos verdadeiros, diferentes eventos falsos, como derramar acidentalmente uma tigela de ponche nos pais da noiva numa recepção de casamento ou ter que abandonar um supermercado quando o sistema de irrigação contra fogo ativou-se acidentalmente. Novamente, nenhum dos participantes recordou o falso evento durante a primeira entrevista, mas 18 % se lembraram de algo a respeito na segunda entrevista. Por exemplo, durante a primeira entrevista, um participante, quando perguntado a respeito do casamento fictício, declarou: “eu não tenho nenhuma ideia. Eu nunca ouvi isso antes”. Na segunda entrevista, o

participante disse: “era um casamento ao ar livre, e eu acho que estávamos correndo e derrubamos alguma coisa como uma tigela de ponche ou algo parecido e fizemos uma grande bagunça e, é claro, fomos repreendidos por isto”.

Inflação da Imaginação

A descoberta de que uma sugestão externa pode conduzir à construção de falsas recordações infantis nos ajuda a entender o processo pelo qual as falsas recordações surgem. É natural querer saber se esta pesquisa é aplicável em situações reais como a de ser interrogado por um oficial da lei ou na psicoterapia. Embora uma sugestão enfática pode não acontecer habitualmente em um interrogatório policial ou na terapia, a sugestão na forma de um exercício imagético às vezes o faz. Por exemplo, quando tentando obter uma confissão, oficiais da lei podem pedir para um suspeito que imagine ter participado de um ato criminoso, e alguns profissionais de saúde mental encorajam os pacientes a imaginar eventos infantis como um modo de recuperar memórias supostamente escondidas.

Pesquisas de psicólogos clínicos revelam que 11% deles instruem seus clientes “a deixarem a imaginação correr solta” e 22% dizem para seus clientes “darem rédea livre à imaginação”. A terapeuta Wendy Maltz, autora de um livro popular sobre abuso sexual infantil, defende que se dê a seguinte recomendação ao paciente: “Gaste tempo imaginando que você foi abusado sexualmente, sem se preocupar que a exatidão prove qualquer coisa, ou ter que fazer suas ideias terem sentido. Pergunte a si mesmo estas questões: Que hora do dia é agora? Onde você está? Em um lugar fechado ou ao ar livre? Que coisas estão acontecendo? Há uma ou mais pessoas com você?” Maltz adicionalmente recomenda que os terapeutas continuem fazendo perguntas como “Quem teria sido o provável responsável? Quando você foi mais vulnerável ao abuso sexual em sua vida?”

O uso crescente de tais exercícios de imaginação conduziu a mim e a vários colegas a se perguntarem sobre as suas consequências. O que acontece quando as pessoas imaginam experiências infantis que não aconteceram? Imaginar um acontecimento na infância aumenta a convicção de que realmente aconteceu? Para explorar isto, nós projetamos um procedimento de três fases. Nós primeiro pedimos aos participantes que indicassem a probabilidade de que certos eventos aconteceram a eles durante a infância. A lista contém 40 eventos, cada um classificado numa escala variando de “definitivamente não aconteceu” a “sem dúvida aconteceu”. Duas semanas mais tarde pedimos aos participantes que imaginassem ter vivenciado alguns destes eventos. Foi pedido a diferentes indivíduos que imaginassem diferentes eventos. Algum tempo depois foi pedido aos participantes que respondessem à lista original de 40 eventos infantis novamente, indicando quão provavelmente estes eventos realmente aconteceram a eles. Considere um dos exercícios de imaginação: é dito aos participantes que imaginem brincar dentro de casa depois da escola, ouvindo então um ruído estranho do lado de fora, correndo para a janela, tropeçando, caindo, e alcançando e quebrando a janela com as suas mãos. Além disso, nós perguntamos aos participantes coisas como “No que você tropeçou? Como você se sentia?”. Em um estudo, 24% dos participantes que imaginaram a cena da janela quebrada relataram mais tarde um aumento de confiança de que o evento havia acontecido, enquanto entre aqueles aos quais não foi pedido para imaginar o incidente apenas 12% relataram um aumento na probabilidade de que havia ocorrido. Nós descobrimos este efeito da “inflação da imaginação” em cada um dos oito eventos que os participantes imaginaram a nosso pedido. Várias

explicações possíveis vêm à mente. Uma óbvia é a de que o ato de imaginar simplesmente faz o evento parecer mais familiar e essa familiaridade é relacionada erroneamente às recordações de infância em vez de ser relacionada ao ato de imaginar. Tal confusão de fonte, quando uma pessoa não se lembra da fonte de informação, pode ser especialmente intensa para as distantes experiências da infância.

Os estudos de Lyn Giff e de Henry L. Roediger III da Universidade de Washington sobre recentes experiências, em vez de experiências infantis, conectam de forma mais direta as ações imaginadas à construção da falsa memória. Durante a sessão inicial, os pesquisadores instruíram os participantes a imaginar a ação proposta, ou apenas escutá-la, sem fazer mais nada. As ações eram simples: bata na mesa, erga o grampeador, quebre um palito, cruze seus dedos e rode seus olhos. Durante a segunda sessão, foi pedido aos participantes que imaginassem algumas das ações que eles não haviam executado anteriormente. Durante a sessão final, eles responderam perguntas sobre quais ações eles executaram de fato durante a sessão inicial. Os pesquisadores descobriram que quanto mais os participantes imaginavam uma ação não executada, mais provável era que eles se lembrassem de tê-la executado.

Recordações Impossíveis

É altamente improvável que um adulto possa se recordar de lembranças incidentais verdadeiras do primeiro ano de vida, em parte porque o hipocampo, que desempenha um importante papel na criação de recordações, não amadureceu o bastante para formar e armazenar recordações duradouras que possam ser recuperadas na fase adulta.

Um procedimento para implantar “recordações impossíveis” sobre experiências que ocorrem logo após o nascimento foi desenvolvido pelo falecido Nicholas Spanos e seus colegas da Universidade de Carleton. Pessoas foram levadas a acreditar que elas tinham habilidades de exploração visual e de movimento ocular bastante coordenados provavelmente porque nasceram em hospitais que penduravam móveis coloridos oscilantes em cima dos berços das crianças. Para confirmar se eles tiveram tal experiência, metade dos participantes foi submetida à hipnose e conduzida até o dia posterior ao nascimento e então foram questionadas sobre o que se lembravam. A outra metade do grupo participou de um procedimento de “reestruturação mnemônica dirigida” que usou regressão de idade, assim como um vívido encorajamento para se recriar as experiências infantis imaginando-as. Spanos e seus colegas de trabalho descobriram que a vasta maioria dos participantes era suscetível a estes procedimentos de implante de memória. Tanto os participantes hipnóticos quanto os dirigidos relataram recordações infantis. Surpreendentemente, o grupo dirigido recordou um pouco mais (95% contra 70%). Ambos os grupos se lembravam do móvel colorido numa taxa relativamente alta (56% do grupo dirigido e 46% do hipnótico). Muitos participantes que não se lembravam do móvel, se recordavam de outras coisas, como médicos, enfermeiras, luzes brilhantes, berços e máscaras. Também, em ambos os grupos, daqueles que relataram recordações de infância, 49% sentiam que as recordações eram reais contra 16% que reivindicavam que elas eram apenas fantasias. Estas descobertas confirmam estudos prévios de que muitas pessoas podem ser levadas a construir falsas recordações complexas, vívidas e detalhadas por meio de um procedimento bastante simples. A hipnose claramente não é necessária.

Como as falsas memórias se formam

No estudo de perdido-no-shopping, a implantação da falsa memória aconteceu quando outra pessoa, normalmente um membro da família, afirmou que o incidente aconteceu. A corroboração de um evento por uma outra pessoa pode ser uma técnica poderosa para induzir a uma falsa memória. De fato, apenas afirmar ter visto uma pessoa fazendo algo errado já é o suficiente para conduzi-la a uma falsa confissão.

Este efeito foi demonstrado em um estudo de Saul M. Kassin e seus colegas da Williams College que investigaram as reações de indivíduos acusados falsamente de danificar um computador apertando a tecla errada. Os participantes inocentes inicialmente negaram a acusação, mas quando uma pessoa associada ao experimento disse que havia visto eles executarem a ação, muitos participantes assinaram uma confissão, absorveram a culpa pelo ato e continuaram a confabular detalhes que fossem consistentes com aquela convicção. Estas descobertas mostram que uma falsa evidência incriminante pode induzir as pessoas a aceitarem a culpa por um crime que não cometeram e até mesmo a desenvolver recordações para apoiar os seus sentimentos de culpa.

As pesquisas estão começando a nos dar uma compreensão de como falsas recordações de experiências emocionalmente envolventes e completas são criadas em adultos. Primeiro, há uma exigência social para que os indivíduos se lembrem; por exemplo, num estudo para trazer à tona as recordações, os pesquisadores costumam exercer um pouco de pressão nos participantes. Segundo, a construção de memórias pelo processo de imaginar os eventos pode ser explicitamente encorajada quando as pessoas estão tendo dificuldades em se lembrar. E, finalmente, os indivíduos podem ser encorajados a não pensar se as suas construções são reais ou não. A elaboração de falsas recordações é mais provável de acontecer quando estes fatores externos estão presentes, seja num ambiente experimental, terapêutico, ou durante as atividades cotidianas.

Falsas recordações são construídas combinando-se recordações verdadeiras com o conteúdo das sugestões recebidas de outros. Durante o processo, os indivíduos podem esquecer a fonte da informação. Este é um exemplo clássico de confusão sobre a origem da informação na qual o conteúdo e a proveniência da informação estão dissociados.

Está claro que não é porque nós podemos implantar falsas recordações de infância em alguns indivíduos que todas as recordações que surgirem após a sugestão serão necessariamente falsas. Dizendo de outro modo, embora o trabalho experimental na criação de falsas recordações possa levantar dúvidas sobre a validade de recordações remotas, como um trauma recorrente, de nenhuma maneira os desmente. Sem corroboração, há muito pouco que possa ser feito para ajudar até mesmo o mais experiente observador a diferenciar as verdadeiras recordações daquelas que foram sugestivamente implantadas.

Os mecanismos precisos pelos quais esses tipos de falsas memórias são construídos aguardam por novas pesquisas. Nós ainda temos muito a aprender sobre o grau de confiança e as características das falsas memórias criadas desta maneira, e nós precisamos descobrir que tipos de indivíduos são particularmente suscetíveis a estas formas de sugestão e que tipos são resistentes.

Enquanto continuamos este trabalho, é importante prestar atenção à advertência contida nos dados já obtidos: profissionais de saúde mental e outros devem estar atentos sobre quão enormemente podem influenciar a

lembrança de eventos e da urgente necessidade de se manter a moderação em situações nas quais a imaginação é usada como um auxílio para recuperar memórias presumivelmente perdidas.

Notas

1 — Barbitúrico usado como sedativo e hipnótico. Vulgarmente conhecido como “soro da verdade”. (N. do T.)

2 — Processo sobre abuso sexual na Califórnia que durou seis anos e custou 15 milhões de dólares ao Estado. Em agosto de 1983, Judy Johnson denunciou que seu filho havia sido molestado na pré-escola McMartin. Devido à falta de evidência não houve processo. Entretanto, o delegado da polícia de Manhattan Beach fez circular uma carta aos pais dos estudantes da pré-escola McMartin mencionando um possível abuso sexual. Criou-se um pânico generalizado e a mídia se encarregou de espalhar o boato. Centenas de crianças foram entrevistadas e 360 foram diagnosticadas como tendo sofrido abuso. O exame médico foi realizado em 150 crianças e apesar da falta de evidência física, o médico concluiu que 120 delas haviam sido molestadas. Outras escolas da área e até uma igreja foram envolvidas numa suposta quadrilha de abuso infantil. Professores foram acusados de abuso sexual e de praticar rituais satânicos. Entre as inúmeras acusações estavam a de terem forçado as crianças a participarem de filmes e fotos pornográficos, de terem matado e mutilado animais para intimidar as crianças, de as terem forçado a participar de rituais satânicos e a beber o sangue de bebês que haviam sido mortos, de as terem forçado a entrar em caixões e de enterrá-las, e outras ainda mais bizarras. A polícia investigou 10 escolas e uma igreja e não encontrou nenhuma evidência concreta. Judy Johnson foi posteriormente diagnosticada como esquizofrênica e acabou morrendo em casa de problemas no fígado relacionados ao excesso de álcool antes do início do julgamento. A informação sobre o seu estado mental foi escondida da defesa. Após um longo e extenuante processo, em 1990 os acusados foram considerados inocentes, e a promotora desistiu de novas acusações. Qualquer semelhança entre este caso e o ocorrido em São Paulo, na Escola Base, não é mera coincidência. Guardadas as devidas proporções, os dois casos foram uma combinação sinérgica entre uma imprensa irresponsável, uma polícia ineficiente, e médicos e terapeutas incompetentes. (N. do T.)

Leitura Complementar

THE MYTH OF REPRESSED MEMORY. Elizabeth F Loftus and Katherine Ketcham. St. Martin's Press, 1994.

THE SOCIAL PSYCHOLOGY OF FALSE CONFESSIONS: COMPLIANCE, INTER NALIZATION, AND CONFABULATION. Saul M. Kassin and Katherine L. Kiechel in Psychological Science, Vol. 7, NO. 3, pages 12S-128; May 1996.

IMAGINATION INFLATION: IMAGINING A CHILDHOOD EVENT INFLATES CONFIDENCE THAT IT OCCURRED. Maryanne Carry, Charles G. Manning, Elizabeth F. Loftus and Steven J. Sherman in Psychonomic Bulletin and Review, Vol. 3, NO. 2, pages 208-214; June 1996.

REMEMBERING OUR PAST: STUDIES IN AUTOBIOGRAPHICAL MEMORY. Edited by David C. Rubin. Cambridge University Press, 1996.

SEARCHING FOR MEMORY: THE BRAIN, THE MIND, AND THE PAST. Daniel L. Schacter. BasicBooks, 1996.

A autora: Elizabeth F. Loftus é professora de psicologia e professora auxiliar de Direito na Universidade de Washington. Ela recebeu o Ph.D em psicologia da Universidade de Stanford em 1970. Sua pesquisa concentra-se em memória humana, depoimento de testemunha ocular e procedimentos de Tribunal. Loftus publicou 18 livros e mais de 250 artigos científicos e serviu como especialista ou assessora em testemunhas em centenas de julgamentos, inclusive no caso de molestamento na pré-escola McMartin(2). Seu livro Eyewitness Testimony ganhou o National Media Award da Fundação Psicológica Americana. Ela recebeu doutorados honorários da Universidade de Miami, Universidade de Leiden e da Faculdade John Jay de Justiça Criminal. Loftus foi eleita presidenta da Sociedade Psicológica Americana recentemente.

autor: Elizabeth F. Loftus
fonte: University of Washington